



Câmara Municipal de Guanhões

ESTADO DE MINAS GERAIS

PARECER Nº: 031/2005.

ASSUNTO: Análise e emissão de parecer jurídico acerca do teor normativo do Projeto de Lei que dispõe sobre alteração do Orçamento Municipal vigente.

CONSULENTE: Mesa Diretora da Câmara Municipal de Guanhões/MG.

Relatório

Trata-se o presente, de consulta encaminhada pelo Ilmo. Sr. Presidente da Câmara de Vereadores da cidade de Guanhões, visando a análise e a emissão de parecer jurídico, em termos de orientação quanto a legalidade e possíveis vícios que contenham o projeto de Lei acima referido.

O projeto de Lei, de iniciativa do executivo, visa a aprovação por esta casa, do projeto de lei acima referido, que permite abrir créditos adicionais ao orçamento municipal vigente para o exercício de 2005.

Para análise e parecer faz-se presente o referido projeto de Lei.

Por ser breve, este é o relatório.

Fundamentação

O citado projeto de lei é de competência concorrente dos vereadores, comissões, mesa diretora e prefeito municipal, nos termos vigentes pela atual LOM, detendo, portanto, competência para apresentação de projeto de lei cujo teor ora é trazido à apreciação, ou seja, alteração do orçamento deste exercício de 2005.

Assim, vemos que o objeto da norma em apreciação tem respaldo legal na Lei Federal 4.320/64, que regula a contabilidade pública em todos os níveis da Federação.



Câmara Municipal de Guanhanes

ESTADO DE MINAS GERAIS

Em suma, o proponente, cumpriu todos os requisitos legais, pois indica a destinação dos valores e a origem destes, que tem como fonte a anulação, total ou parcial de dotações orçamentárias já existentes.

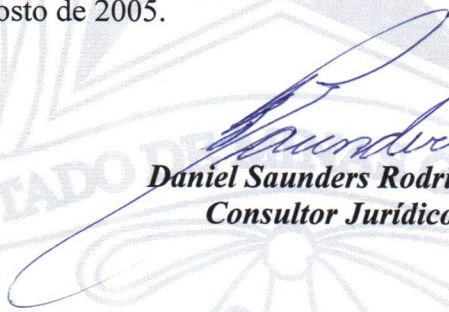
Sendo estas as considerações, passa-se à conclusão.

Conclusão

Posto isso, opinamos pela legalidade e constitucionalidade do projeto de lei 029/2005, que altera o orçamento municipal, abrindo créditos orçamentários especiais, estando o mesmo sem vícios legais que impeçam a sua aprovação, nada obsta pela votação favorável ao referido projeto, por esta augusta Casa Legislativa.

Salvo melhor juízo, é como parece a questão.

Guanhanes, 10 de agosto de 2005.


Daniel Saunders Rodrigues
Consultor Jurídico